

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
CAPÍTULO 2	7
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
CAPÍTULO 3	18
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
CAPÍTULO 4	28
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
CAPÍTULO 5	38
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
CAPÍTULO 6	47
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
CAPÍTULO 7	62
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

CAPÍTULO 8	74
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.9201926048	
CAPÍTULO 9	85
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.9201926049	
CAPÍTULO 10	90
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
DOI 10.22533/at.ed.92019260410	
CAPÍTULO 11	104
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
DOI 10.22533/at.ed.92019260411	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260412	
CAPÍTULO 13	123
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.92019260413	
CAPÍTULO 14	129
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.92019260414	

CAPÍTULO 15	141
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
Wellisson de Oliveira Camilo Jr	
DOI 10.22533/at.ed.92019260415	
CAPÍTULO 16	152
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
Vanessa Elias	
DOI 10.22533/at.ed.92019260416	
CAPÍTULO 17	166
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
Martina Gonçalves Burch Costa	
Giovanni Felipe Ernst Frizzo	
DOI 10.22533/at.ed.92019260417	
CAPÍTULO 18	173
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.92019260418	
CAPÍTULO 19	190
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
Giácomo de Carli da Silva	
Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260419	
CAPÍTULO 20	197
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
Fernanda Dias Coelho	
Ludmila Mourão	
DOI 10.22533/at.ed.92019260420	
CAPÍTULO 21	210
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
Andressa Regina Bissolotti dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92019260421	
CAPÍTULO 22	225
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
Maria Cecilia Takayama Koerich	
DOI 10.22533/at.ed.92019260422	

CAPÍTULO 23	231
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
CAPÍTULO 24	242
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho	
Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
CAPÍTULO 25	258
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breanda Karolainy Penha Siqueira	
Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
CAPÍTULO 26	270
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel	
Nádia Laguárdia de Lima	
Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
CAPÍTULO 27	286
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco	
Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
CAPÍTULO 28	298
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa	
Walquiere Nunes Sales	
Driene N. Silva Sampaio	
Amanda C. Ribeiro Costa	
Gláucia C. Silva-Oliveira	
Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
CAPÍTULO 29	310
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges	
Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	

CAPÍTULO 30 317

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.92019260430

SOBRE O ORGANIZADOR..... 333

A DUALIDADE ENTRE O *SER MULHER* E O *SER POLICIAL*: DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”

Daniela Cecilia Grisoski

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina – Paraná

Eneida Silveira Santiago

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Londrina – Paraná

RESUMO: O objetivo central do trabalho em questão foi problematizar a concepção sobre o *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” (SANTOS, 2013), levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLITT, 2002). As discussões aqui colocadas são frutos de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos, sendo estes materiais as obras de Barembritt, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná e notícias referentes aos encontros denominados “Chá de Rosas”. O estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, compreendendo uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente,

denominados para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos nas organizações da instituição Segurança Pública. Compreendeu-se que os encontros “Chá de Rosas” foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero, compondo lógicas instituídas como, por exemplo, a ideia de que *ser mulher e ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta a concepção de que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de gênero. Polícia Militar. Instituição Militar.

ABSTRACT: The central objective of the work in question was to problematize the conception about being a woman within the scope of the Military Police of the State of Paraná in the contemporaneity, from the analysis of the news “Female policemen participate in a meeting for the valorization of self-esteem on their side (SANTOS, 2013), taking into account the theoretical perspectives of the field of Psychology called Institutional Analysis (BAREMBLITT, 2002). The discussions here are the result of an exploratory research of selected materials according to our objective, as well as the possibility of access to bibliographical materials,

these materials being the works of Baremblytt, official and unofficial publications of free access that concern the insertion of women in the Military Police of Paraná and news related to the meetings called “Tea of Roses”. The study also falls within the field of Gender Relations, comprising an analysis of social roles that are historically defined for a specific gender, as is the case of men and women inserted in the organizations of the Public Safety institution. It was understood that the “Tea of Roses” meetings were initiated through the reproduction of a dominant masculine discourse, proposing a division of gender functions, composing established logics such as, for example, the idea that being a woman and being a police officer concerns a double journey, taking into account the concept that every woman is housewife and mother, being linked to work in the public and private environment, also a conception that femininity is tied to delicacy.

KEYWORDS: Gender relations. Military police. Military Institution.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se caracteriza como parte do processo de desenvolvimento de uma dissertação, iniciada em 2018, no programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina – UEL. Como objetivo geral, neste texto visamos realizar uma problematização acerca da concepção sobre o *ser mulher* dentro do âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná na contemporaneidade, a partir da análise da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013. Teoricamente, levando em consideração perspectivas teóricas do campo da Psicologia denominada Análise Institucional (BAREMBLYTT, 2002).

A abordagem denominada Análise Institucional, de acordo com L’Abbate (2003), tem a característica de desenvolver conjuntos de conceitos e instrumentos visando analisar e intervir em instituições. No Brasil, a Análise Institucional começou a se destacar por volta da década de 1970, a partir de pesquisas em universidades com variados tipos de profissionais. A Análise Institucional não possui um caráter único, pois é formada a partir de um conjunto de disciplinas as quais se iniciaram por volta das décadas de 1940 a 1950 na sociedade francesa, tais disciplinas tem o intuito de problematizar a constituição de um campo como um conjunto de saberes e práticas em um contexto amplo, enquadrados em uma ordem político-social, ideológica e técnico-científica (L’ABBATE, 2003).

Por sua vez, nesse trabalho em específico, utilizou-se a produção a respeito da Análise Institucional do teórico Gregório Baremblytt, renomado teórico da América Latina, que nasceu na Argentina, mudando-se para o Brasil na década de 1970, após a instauração de uma ditadura militar em seu país de origem, tornando-se, posteriormente, um dos maiores pensadores do campo da Análise Institucional (HUR,

2014).

Baremlitt (2002) caracteriza o chamado movimento institucionalista enquanto um leque de tendências as quais não são unilaterais, mas que possuem um objetivo em comum: apoiar os processos de autoanálise e autogestão de um meio social. Esses termos se caracterizam conforme a organização de uma sociedade, o teórico aponta que o saber de nossa população vem sendo produzido através de *experts*, sendo esses os conhecedores de uma sociedade, que influenciam os modos de vida dos cidadãos. Já os processos de autoanálise e autogestão compreendem a organização de uma sociedade para produzir saberes e dispositivos necessários para a manutenção e melhoramento sobre suas vidas. Neles, há hierarquia através da capacidade de produção, mas não há a hierarquia de poder, em que um sujeito sobressai o outro (BAREMLITT, 2002).

Baremlitt (2002) ainda ressalta que uma instituição se caracteriza como um conjunto de lógicas e leis que compõe determinado valor social, sendo entidades abstratas. Na perspectiva em que esse trabalho foi desenvolvido, a instituição que o compõe é a Segurança Pública. Por sua vez, quando as instituições se constituem através de uma estrutura material, passam a ser chamadas de organizações, objetivando-se uma entidade simples ou complexa. Tendo em vista este trabalho, a organização que se destaca é a Polícia Militar do estado do Paraná.

Ainda considerando as lógicas que compõem a Análise Institucional para o autor que aqui destacamos (BAREMLITT, 2002), um estabelecimento surge como as estruturas específicas as quais se enquadram dentro de uma determinada organização, sendo essa o 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM) localizado na cidade de Curitiba-PR (SSPAP-PR, 2019), compreendendo que esse foi o Batalhão que sediou o encontro denominado “Chá de Rosas” o qual será analisado aqui. A configuração de um estabelecimento conta com equipamentos, consistindo em materiais, objetos ou dispositivos os quais se organizam para a constituição deste estabelecimento. Também conta com os agentes, que por sua vez, são descritos como os profissionais atuantes em um determinado estabelecimento (BAREMLITT, 2002). Neste caso, os agentes da instituição em questão seriam as policiais femininas atuantes no 20º BPM que participaram do encontro “Chá de Rosas”, visto que o objetivo do trabalho é a análise do evento ocorrido apenas, e não do Batalhão por um todo, tendo como equipamentos disponíveis as estratégias utilizadas durante o encontro, como o diálogo e as trocas de experiências entre as participantes.

Para tal, essa produção foi configurada através de uma pesquisa exploratória de materiais selecionados conforme nosso objetivo, bem como da possibilidade de acesso aos materiais bibliográficos. Segundo Severino (2007), a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa (SEVERINO, 2007). Sendo assim, exploramos o material utilizado, a partir de nossos objetivos, visando

uma análise crítica do mesmo, sendo estes materiais uma matéria publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, bem como, publicações oficiais e não oficiais de livre acesso que dizem respeito a inserção de mulheres na Polícia Militar do Paraná.

O cotidiano de trabalho de policiais militares femininas foi tomado enquanto ator de análise, considerando que as lógicas que compõem esta organização estão no contexto de funcionamento de uma sociedade em geral, principalmente no que diz respeito às ideias de segurança e bem-estar social. Ademais, este estudo também se enquadra no campo denominado Relações de Gênero, a partir de concepções teóricas de Joan Scott (1995) que sustenta uma análise de papéis sociais que são tidos como, historicamente, atribuídos para um gênero específico, como é o caso do homem e da mulher inseridos na instituição Segurança Pública.

2 | O ENCONTRO CHÁ DE ROSAS

De acordo com a notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” publicada pelo site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, em 31 de outubro no ano de 2013, o primeiro encontro denominado “Chá de Rosas” aconteceu na data de 31 de outubro de 2013, mesma data em que a notícia sobre o mesmo foi publicada. Outra edição do mesmo evento ocorreu na cidade de Curitiba (PR), que sedia ao 20º BPM, pertencente ao 1º CRPM (SSPAP-PR, 2019).

Considerando a notícia, o encontro contou com a participação de 26 mulheres atuantes no 20º BPM, que estiveram presentes a partir de indicações da psicóloga que atuava no local. Levando em consideração que essa foi a primeira ocorrência do mesmo, o encontro teve como intuito inicial abordar a

[...] questão da auto-estima da policial, especificamente para que ela se veja e se cuide. Nós entendemos, pela particularidade do serviço policial como desgastante e estressante, que mexe muito emocionalmente com as pessoas, notadamente com a mulher. Nossas policiais são mães, donas de casa e esposas, e por isso elas precisam sentir-se bem, para que assim possam atender bem as situações de trabalho, buscando a integração com a comunidade, que é o pensamento do policiamento comunitário”, explica o tenente-coronel Zanatta, Comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM), pertencente ao 1º Comando Regional da PM (1º CRPM). (SANTOS, 2013, s/p).

Santos (2013) ressalta que o propósito desse primeiro encontro era servir de *pontapé* inicial para que demais encontros ocorressem. Inicialmente, a periodicidade seria de uma vez por mês, sempre no mesmo Batalhão, para que as mulheres inseridas em tal contexto pudessem usufruir deste espaço enquanto um lugar para expressarem suas questões sobre feminilidade, autoestima e relacionamentos.

O primeiro encontro, especificamente, também objetivava proporcionar um espaço de diálogo e reflexão entre as participantes.

Durante o encontro as policiais puderam falar sobre suas experiências como mãe, dona de casa, esposa, policial militar e como mulher, trazendo questionamentos sobre como conciliar o trabalho e a vida familiar com o cuidado pessoal. A psicóloga fez com que as policiais repensassem como é manter seu lado mulher em um ambiente militar, mas sem perder a feminilidade (SANTOS, 2013, s\p).

Investigando a partir da palavra-chave “Chá de Rosas” no site da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Governo do Estado do Paraná, através da notícia “2º Encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital” (SANTOS, 2013) , nota-se que o segundo encontro no 20º BPM ocorreu na data 21 de novembro do mesmo ano de 2013, cumprindo-se a ideia de desenvolvimento de encontros mensais. Na mesma busca da palavra-chave citada também é possível identificar que, além dos encontros contínuos ocorridos no 20º BPM, demais Batalhões da Polícia Militar do estado do Paraná também aderiram a ocorrência dos encontros, realizando estes em diferentes espaços de tempo e a partir das diversas demandas de cada Batalhão.

Tendo em conta os principais objetivos situados na notícia em questão sobre o primeiro encontro “Chá de Rosas”, é possível identificar neles uma dualidade na concepção sobre o que é *ser mulher* dentro de uma instituição de Segurança Pública, como é o caso da Polícia Militar. Tal afirmação é percebida através da fala da psicóloga que, na notícia, explica sobre o encontro ocorrido entre as policiais femininas. “[...] o objetivo do encontro é trazer as mulheres para dentro do batalhão, procurando trabalhar um lado mais feminino neste universo que é quase 100% masculino” (SANTOS, 2013, s\p).

Assim, a proposta central deste texto é poder abrir espaços de problematizações, de acordo com o viés da Análise Institucional, acerca da dualidade sobre a questão da virilidade ligada ao homem *versus* feminilidade vivida por mulheres inseridas no âmbito da Polícia Militar na contemporaneidade, compreendendo que ainda há uma concepção sobre a mulher estar ligada às ideias de cuidado e maternagem dentro das instituições de Segurança Pública.

3 | A POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ E A INSERÇÃO DE MULHERES: UM CONTEXTO HISTÓRICO

A Polícia Militar do estado do Paraná constituiu seu primeiro batalhão em 10 de agosto de 1854, estando enquadrada aos moldes da Segurança Pública. Essa, atualmente possui mais de 60 elos que atuam transversalmente, como, por exemplo, iluminação pública, perícia forense, ministério público, entre outros. A Polícia Militar, como um todo, se divide em 27 eixos pelo Brasil, sendo correspondente um para cada estado e um para o Distrito Federal, atuando também como campo subordinado do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988). Entretanto, essa organização, fundada no ano de 1854, se caracterizada unicamente como sendo formada por homens, assim como

todos os batalhões constituintes no território brasileiro da época.

A Polícia Feminina, por sua vez, se inseriu no estado do Paraná na década de 1970, sendo o segundo estado a configurar os Batalhões da Polícia Militar com a presença de mulheres, sendo o estado de São Paulo o primeiro, abarcando a presença feminina na década de 1950. Moreira (2016), ressalta que a nova categoria de Polícia foi prevista a partir da necessidade de criação de uma denominada “nova polícia”, ou seja, a partir de nossa analítica, no processo de inserção feminina na Polícia, idealizava-se a figura da mulher como sendo menos viril. Consequentemente, isso resultaria em uma polícia mais preventiva e menos repressiva, contribuindo para a realização de tarefas específicas dentro da instituição, tais como policiamento preventivo e operações ostensivas ligadas a menores, estando envolta em um discurso de “humanização da polícia”, visto que mulheres, naquele meio social, eram tidas como figuras de auxílio, proteção, maternidade e moral da época em questão. “A opção da corporação policial militar foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à concepção de virilidade” (MOREIRA, 2016, p. 189).

Cabe ressaltar que a inserção de mulheres na organização da Polícia Militar contava com uma seletividade de operações que por elas poderiam ser desempenhadas, sendo que outras operações que precisassem ser realizadas seriam executadas por homens, deixando-se claro tal fato a partir da Diretriz n. 048 de 1977 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977 Apud MOREIRA, 2016) que foi instituída posteriormente a inclusão da presença feminina no batalhão, trazendo o seguinte conteúdo:

Policiamento ostensivo normal visando à guarda à segurança de estabelecimentos públicos;

Policiamento preventivo de trânsito em estabelecimentos escolares;

Ações de policiamento ostensivo relacionados à mulher, a menores e anciãos (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977 Apud ,MOREIRA, 2016, p. 54).

Cabe ressaltar que a ideia da mulher inserida dentro da organização Polícia Militar, em primeiro plano, foi assegurar um ideal de “essência feminina” a qual estava diretamente ligada a concepção de maternidade, delicadeza, cuidado e proteção, trazendo à tona, assim como citado por Moreira (2016), a figura de um “anjo tutelar”, para o qual as questões consideradas mais leves no âmbito da Segurança Pública seriam destinadas. Levando em consideração as falas dos responsáveis pelo desenvolvimento do primeiro encontro “Chá de Rosas” ocorrido no 20º BPM, identifica-se resquícios dessa representação de um “anjo tutelar” ligado a figura da policial militar feminina.

4 | O MOVIMENTO INSTITUINTE E O TRABALHO DAS POLICIAIS MILITARES FEMININAS

O campo conhecido como Análise Institucional consiste em um leque de teorias e conceitos, entre eles as ideias de processos instituídos e instituintes propostos por Barembliitt (2002). Para este autor, instituinte se caracteriza como sendo um processo mobilizado por forças, ao mesmo tempo produtivas e desejanter, que tendem a revolucionar e fundar instituições, ou transformá-las. Através do compartilhamento de suas potências e matérias sociais acaba por fundar novos instituídos. Esses, por sua vez, são os resultados de ações de movimentos instituintes os quais produziram cristalização de lógicas que perpassam uma instituição. Essas lógicas cristalizadas vigoram para ordenar atividades sociais essenciais para a vida em coletividade, tendo uma tendência a serem estáticas e conservadoras (BAREMBLITT, 2002). O instituído é necessário para a existência mínima das organizações e instituições, mas ele se cristaliza de tal modo que não permite ser representado, tendendo a falar sempre em nome de um processo dominante.

Fazendo uma discussão em relação a esses conceitos propostos, pode-se compreender a entrada de policiais femininas dentro do contexto da Polícia Militar paranaense como um movimento instituinte, ou seja, produzindo novas formas de funcionamento na organização e no funcionamento dos processos institucionais.

A identificação de ocorrências de movimentos instituintes é um convite para se pensar uma revolução nas instituições, como, e este é o caso, os profissionais atuantes na Polícia Militar deixaram de ser uma universalidade do sexo masculino para dar lugar a entrada de mulheres neste mesmo campo, causando uma reestruturação de tarefas e de formas de funcionamento dessa organização, como, por exemplo, a instauração de um curso de oficiais mulheres na instituição e a divisão de operações a serem realizadas por policiais homens e mulheres. Percebe-se também que esse processo instituinte abriu lugar para uma figura antes inexistente dentro do âmbito dessa instituição: a mulher. Ao mesmo tempo em que produzia uma demanda de reconfiguração do cotidiano institucional.

Moreira (2016) compreende que o marco da entrada de mulheres como oficiais da Polícia Militar se deu através do início de um processo de ruptura com o binarismo de gênero.

Gênero, por sua vez, de acordo com a autora Joan Scott (1995), devendo ser compreendido a partir de uma organização social entre os sexos, e, a partir dessa organização, dando sentido ao funcionamento das relações sociais humanas. A noção de gênero se refere aos domínios estruturais e ideológicos que implicam nas relações entre os sexos. Tal preocupação, começou a ocorrer nas décadas finais do século XX, sendo considerado uma categoria de análise a partir do momento em que integrantes do movimento feminista encontraram aliados (as) cientistas e políticos. Tomando como bases teórica as discussões do filósofo Michel Foucault, Scott (1995),

compreende que há linhas de pensamento em que dizem respeito a sexualidade como sendo este um conteúdo produzido através de contextos históricos distintos (SCOTT, 1995).

“O corpo é construído no mundo social como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (MOREIRA, 2016, p. 131). A partir de um ideal de corpo produzido pelas distinções de funções sociais determinadas, tem-se a noção de que há a divisão social entre funções consideradas masculinas e femininas, sendo a função do policial militar uma delas. Há a relação de gênero na inserção da Polícia Feminina no estado do Paraná a partir do momento em que a mesma é pensada para funções desmilitarizadas, ou seja, voltada ao cuidado ao outro (MOREIRA, 2016).

Em contrapartida, é necessário abarcar que as lógicas constituintes de processos instituídos e instituintes se perpassam, havendo uma transversalidade dessas lógicas as quais se encontram cristalizadas e, ao mesmo tempo, em constante movimento. Visto isso, é possível fazer um ressalvo que, mesmo que com todas as mudanças inseridas pelo movimento instituinte proposto pela entrada de mulheres na organização Polícia Militar, também houve a reprodução de lógicas instituídas dentro desse mesmo contexto, havendo assim uma contraposição entre instituído e instituinte.

Uma das lógicas que se mantiveram, a partir deste processo, foi a questão do corpo militarizado estar voltado para a ideia de disciplina. As mulheres inseridas na instituição militar em questão, assim como os homens, também deveriam cumprir leis que propunham um padrão de comportamento que dava manutenção há um controle disciplinar estruturado e estruturador de seu ambiente de trabalho. Entretanto, esses comportamentos eram diferenciados para, mais uma vez, reafirmarem uma produção de binarismo de gênero onde o masculino era visto como superior ao feminino.

Excluídas da memória e da tradição institucional, as quais afirmam um ideal de masculinidade no culto aos heróis, as policiais femininas, assim nomeadas para marcar mais uma diferença nas identificações que existem no espaço institucional, precisam assumir o comportamento feminino definido pela legislação. Para serem reconhecidas como agentes institucionais honradas, deveriam assumir publicamente um comportamento qualificado para uma policial feminina (SCHACTAE, 2015, p. 4).

Vale destacar um fragmento da Diretriz nº 046 de 1977 (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, 1977, Apud MOREIRA, 2016), cujas competências dizem respeito exclusivamente aos comportamentos femininos que estariam sujeitos a punição dentro da instituição

a. comprometer-se irregularmente com encargos de família; b. fazer-se acompanhar, quando uniformizada, salvo se estiver em missão ou serviço; c. frequentar, uniformizada, cafés, bares ou estabelecimentos similares, salvo em missão ou serviço; d. frequentar, quando uniformizada, cinemas, teatros, casas de diversão e similares, salvo em missão ou serviço; e. fumar em serviço, estando uniformizada ou não; f. manter relacionamento ou amizade com pessoas de reputação duvidosa; g.. receber visitas nos postos de serviço ou interior do aquartelamento; h. usar, quando uniformizada, cabelos compridos, de cor diferente do natural, com penteados exagerados, perucas, maquiagem excessiva, unhas longas ou com verniz de cor

Assim, as mulheres, no contexto da Polícia paranaense deveriam estar ligadas a lógica disciplinar voltada ao contexto da organização militar, também deixando transparecer que havia uma diferenciação em relação aos homens, com regras e diretrizes exclusivas para as policiais, em que elas reproduziam a gestão de seus comportamentos do ser policiais femininas, evidenciando o entrelaçamento entre os processos instituídos e instituintes na Polícia Militar.

Tendo em vista essa concepção de instituído e instituinte que vigoram no funcionamento de instituições, cabe enfatizar que o entrelaçamento desses dois processos estão contidos na notícia aqui analisada, visto que o evento “Chá de Rosas” se configurou enquanto um processos instituinte, pois está traçando novas lógicas dentro de um estabelecimento, dando um lugar de fala para as participantes do encontro que antes era inexistente. Ao mesmo tempo compõe lógicas instituídas, como por exemplo, a ideia de que *ser mulher* e *ser policial* diz respeito a uma dupla jornada, levando em conta que toda mulher é dona de casa e mãe, estando ligada ao trabalho no ambiente público e privado, também uma concepção de que feminilidade está atrelada a delicadeza.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderando a concepção de Schactae (2015), evidenciam-se as lógicas transversalizadas pelos movimentos instituídos e instituintes com inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná

Vale destacar que a Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino. É a partir da relação entre a inovação e a tradição que foi instituída a Polícia Militar Feminina como um lugar de contradição (SCHACTAE, 2015, p. 3).

Apesar de esse movimento ter se construído inicialmente através de um movimento instituinte, propondo, de certo modo, uma revolução dentro da instituição, algumas lógicas instituídas ainda se mantiveram como iguais, ou até mesmo maior intensidade dentro desse movimento. Entre o que se manteve, também há compreensão de uma suposta superioridade da figura masculina dentro da instituição, alimentada pela categoria social de virilidade. O ideal de uma identidade militar foi composto em meados do século XX no Brasil, tendo em vista a construção de uma masculinidade controlada, que, por sua vez, visava a virilidade (BREATTIE, 2004, p. 266-299 Apud SCHACTAE, 2015). “A Polícia Feminina foi ao mesmo tempo uma inovação — a instituição deixou de ser exclusividade dos homens — e uma afirmação da tradição, pois sua existência reafirma o domínio masculino” (SCHACTAE, 2015, p. 3).

A instituição Segurança Pública, a qual enquadra a organização Polícia Militar em seu entorno, é atravessada por outras instituições que se configuram entre si a todo

momento, não deixando, assim, que as instituições prevaleçam de uma forma estática, estando também nessas instituições regras instituídas que são compostas por lógicas cristalizadas, que, por sua vez, são estáticas, havendo assim uma ambivalência de lógicas. Dentre elas, comporta-se a questão de um binarismo de gênero, o qual produz a concepção de uma visão do masculino enquanto viril, ligado a coragem e a luta, se sobressaindo ao feminino, que é ligado a uma fragilidade, maternidade e cuidado, os apontamentos apresentados através da notícia “Policiais femininas participam de encontro para a valorização da autoestima do seu lado mulher” (SANTOS, 2013), reproduzem essa concepção na prática, no que diz respeito ao entendimento das mulheres inseridas no contexto da Polícia Militar dentro dessa lógica de feminilidade ligada ao cuidado.

O trabalho em questão teve o intuito de apresentar alguns conceitos ligados ao campo da psicologia chamado Análise Institucional, tais conceitos formulados por Gregório Baremlitt (2002), sustentando a análise do contexto em que os encontros “Chá das Rosas” começaram a ocorrer no âmbito da Polícia Militar do estado do Paraná, além de concepção históricas acerca da inserção de mulheres no campo da Polícia Militar do Paraná. Compreendeu-se que os encontros “Chá das Rosas” foram iniciados através da reprodução de um discurso masculino dominante, propondo uma divisão de funções de gênero. Nesse contexto, cabe uma problematização para trabalhos subsequentes sobre como se derem os encontros posteriores, tanto no 20º BPM, quanto nos demais Batalhões localizados na Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS

BAREMLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moares. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HUR, D. U. Trajetórias de um pensador nômade: Gregório Baremlitt. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 14 n. 3. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13899/10585>. Acesso em: 12/01/2019.

L'ABBATE, S. A análise institucional e saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2003. p. 265-274. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a19v08n1.pdf> . Acesso em: 12/05/2019..

MOREIRA, R. **Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná**. Editora Unicentro: Guarapuava -PR, 2016.

MOREIRA, R. A invenção da mulher policial militar do Paraná in MOREIRA, R; SCHAETAE, Andréa M. (Orgs.). **Gênero e instituições armadas**. Editora Unicentro: Guarapuava, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ Decreto Estadual nº 3238, 19 de abril de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 046\77. CFAP. Procedimentos para o Curso de Formação de Sargentos Femininos, de dezembro de 1977.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ. Diretriz nº 048\77. 3º Seção do Estado Maior, de dezembro de 1977. Emprego da Polícia Feminina.

SANTOS, M. Policiais femininas participam de encontro para valorização da auto-estima e do seu lado mulher. **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária.** Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8397> Acesso em: 12/05/2019..

SANTOS, M. 2º encontro do Chá de Rosas para a valorização da policial feminina acontece na capital. **Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária.** Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=8716> Acesso em: 12/01/2019.

SCHACTAE, A. M. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). **Revista Tempo.** v. 21 n. 37, 2015, p. 01-21.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. **rev. e atual.** São Paulo: Cortez, 2007.

SSPAP-PR, Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária - Governo do Estado do Paraná. **Institucional:** Histórico. Recuperado de: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3> . Acesso em: 10/01/2019.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-292-0

